

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Decreto n.º 26/92**

de 29 de Abril

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 200.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É aprovado o Acordo sobre Cooperação no Domínio do Turismo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Índia, assinado em Lisboa, em 29 de Julho de 1991, cuja versão autêntica nas línguas portuguesa, hindi e inglesa seguem em anexo ao presente decreto.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 26 de Março de 1992. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Duarte Ivo Cruz* — *Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira*.

Assinado em 9 de Abril de 1992.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 11 de Abril de 1992.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

ACORDO SOBRE COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DO TURISMO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÍNDIA.

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Índia, em seguida referidos como Partes Contratantes:

Considerando os laços históricos de amizade e entendimento que unem os dois povos;

Reconhecendo a crescente importância do turismo como meio de estreitamento das relações e factores de desenvolvimento económico e social dos dois países;

Persuadidos da necessidade de promover a cooperação entre os dois países no domínio do turismo;

Decididos a desenvolver uma frutuosa cooperação no espírito de igualdade, de interesse e de vantagens recíprocas;

acordaram no seguinte:

Artigo 1.º

As Partes Contratantes promoverão as medidas necessárias para favorecer e estimular os movimentos turísticos entre os dois países.

Artigo 2.º

As Partes Contratantes promoverão, dentro das suas possibilidades e com base em benefício recíproco, a cooperação entre os seus organismos oficiais de turismo, bem como entre as respectivas empresas e instituições no domínio do turismo.

Artigo 3.º

As Partes Contratantes manifestam interesse em cooperar na realização e desenvolvimento de projectos e investimentos no domínio do turismo.

Artigo 4.º

As Partes Contratantes estabelecerão uma troca efectiva de conhecimentos e experiências respeitantes às diferentes áreas de actividade turística, designadamente sobre legislação, informação estatística, equipamento, formação profissional e planeamento turístico.

Artigo 5.º

De acordo com a legislação nacional, os impressos, incluindo material de promoção turística e material de divulgação, serão isentos de tarifas alfandegárias ou de outras taxas de importação. As Partes Contratantes organizarão também semanas turísticas, exibição de filmes e programas de televisão, etc., com vista a uma melhor informação mútua sobre as potencialidades turísticas dos dois países.

Artigo 6.º

As Partes Contratantes esforçar-se-ão no sentido de facilitar e acelerar a emissão dos necessários vistos de turismo para os cidadãos da outra Parte que estejam na posse de documentos de viagem válidos.

Artigo 7.º

As Partes Contratantes estabelecerão uma comissão mista de cooperação no domínio do turismo para acompanhar e sugerir medidas para o implemento deste Acordo.

A comissão mista reunirá alternadamente na Índia e em Portugal, em datas a fixar por acordo mútuo.

Artigo 8.º

O presente Acordo será válido por um período de cinco anos e entrará em vigor na data da troca de notas pelas quais cada uma das Partes Contratantes informe a outra Parte Contratante de que se encontram confirmadas as disposições legais relevantes e será renovado automaticamente por períodos sucessivos de cinco anos, a menos que uma das Partes Contratantes notifique a outra Parte Contratante por escrito e seis meses antes de expirado o prazo de validade do acordo da sua intenção de o fazer cessar.

Feito em Lisboa em 29 de Julho de 1991, em dois exemplares em cada uma das línguas portuguesa, hindi e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de dúvida, o texto inglês prevalecerá.

Pelo Governo da República Portuguesa:

José Manuel Durão Barroso, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

Pelo Governo da República da Índia:

Eduardo Faleiro, Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros.

पुर्तगाल गणतंत्र की सरकार और भारत गणतंत्र
की सरकार के बीच पर्यटन में
सहयोग पर करार

अनुच्छेद-8

पुर्तगाल गणतंत्र की सरकार और भारत गणतंत्र की सरकार, जिन्हें अगे इसके बाद
संविदाकारी पक्षकार कहा जाएगा :

दोनों देशों के बीच पर्यटन के ऐतिहासिक संबंधों को, जो दोनों देशों के लोगों को परस्पर जोड़ते
हैं, ध्यान में रखते हुए,

दोनों देशों के बीच पर्यटन संबंधों को सुदृढ़ बनाने के लक्ष्य और आर्थिक एवं सामाजिक
विकास के क्षेत्र के रूप में पर्यटन के बढ़ते हुए महत्व को पहचानते हुए,

दोनों देशों के बीच पर्यटन में सहयोग का संवर्धन करने की आवश्यकता के बारे में
सहमत हैं,

परस्पर हित तथा परस्परिक तालों की समानता की भावना से एक तमाम सहयोग करने
के लिए कृतसंकल्प हैं,

निम्नानुसार सहमत हैं :

अनुच्छेद-1

संविदाकारी पक्षकार दोनों देशों के बीच पर्यटकों के आवागमन को प्रोत्साहित एवं प्रोत्त
करने के लिए आवश्यक उपाय करेंगे।

अनुच्छेद-2

संविदाकारी पक्षकार अपनी संसद/सभा और परस्परिक ताल पर अद्योतित रहते हुए अपने
सरकारी पर्यटक संगठनों के बीच तथा साथ ही साथ पर्यटन के क्षेत्र में संबंधित उपजनों और
संस्थानों के बीच सहयोग का संवर्धन करेंगे।

अनुच्छेद-3

संविदाकारी पक्षकार संयुक्त परियोजनाओं को कार्यान्वित तथा विकसित करेंगे और पर्यटन के
क्षेत्र में पूंजी लगावेंगे।

अनुच्छेद-4

संविदाकारी पक्षकार पर्यटन गतिविधियों के विभिन्न क्षेत्रों, यथा कानून संबंधी, सांख्यिकीय
सूचना, उष्करण, व्यावसायिक प्रबंधन और पर्यटन अद्योतना संबंधी जानकारी तथा अनुभव का
प्रभावी रूप से आदान-प्रदान करेंगे।

अनुच्छेद-5

राष्ट्रीय कानून के अनुसार, मुक्ति सामग्री, जिसमें पर्यटन संवर्धन सामग्री शामिल है,
विज्ञापन सामग्री को सीमा-वृत्त और अन्य अद्योतित वृत्तों से हट डोगी। संविदाकारी पक्षकार
दोनों देशों के पर्यटक मूल्यों के बारे में परस्पर जानकारी को बेहतर बनाने की दृष्टि से पर्यटक
सप्ताहों, फिल्मों, दूर दूर कार्यक्रमों आदि का भी अद्योतन करेंगे।

अनुच्छेद-6

संविदाकारी पक्षकार अन्य पक्षकार के उन नागरिकों को आवश्यक पर्यटक वीजा सुविधापूर्वक
व्यवस्थापन करी करने के लिए प्रयास करेंगे जिन्हें परस्पर प्रभावी तथा वैध यात्रा दस्तावेज
हो।

अनुच्छेद-7

संविदाकारी पक्षकार इस करार को कार्यान्वित करने के लिए निगरानी रखने तथा उपजों के
बारे में सुझाव देने हेतु पर्यटन सहयोग पर एक संयुक्त अद्योतन का गठन करेंगे।

इस संयुक्त अद्योतन की बैठक परस्पर स्वीकार्य तारीखों को धारि-धारी से भारत और
पुर्तगाल में की जाएगी।

यह करार पांच वर्ष की अवधि के लिए लागू होगा और यह नोटों के आदान-प्रदान की
तरीक से लागू होगा जिसके वय संविदाकारी पक्षकार एक-दूसरे को यह सूचित करेंगे कि पुर्तगाल
विक्रम प्रक्रिया पूरी कर ती गई है तथा जब तक दोनों संविदाकारी पक्षकारों में से कोई एक
संविदाकारी पक्षकार अन्य संविदाकारी पक्षकार को करार की समाप्ति से कम से कम छह महीने
पहले करार को समाप्त करने के लिए अपनी वंशा की सूचना दूसरे पक्षकार को लिखित रूप में
नहीं देगा, प्रत्येक क्रमिक पांच वर्षों की अवधि के लिए करार का नवीकरण स्वतः होता रहेगा।

लिस्बन में 29 जुलाई 1991 को दो
मूल पडों पुर्तगाली, हिन्दी और अंग्रेजी भाषा प्रत्येक में एक-एक पृष्ठ पर इस्तासुर किए गए,
सभी पृष्ठ समान रूप से प्रमाणिक हैं। संदेश की तिथि में अंग्रेजी पृष्ठ मान्य होगा।

पुर्तगाल गणतंत्र की सरकार
की ओर से

भारत गणतंत्र की सरकार
की ओर से

**AGREEMENT ON COOPERATION ON TOURISM BETWEEN THE
GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF PORTUGAL AND THE
GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF INDIA.**

The Government of the Republic of Portugal and the
Government of the Republic of India hereinafter
referred to as the Contracting Parties:

Considering the historical ties of friendship and
understanding that unite the two peoples;
Recognizing the increasing importance of tourism
as a means of fostering closer relations and fac-
tor of economic and social development of the
two countries;
Convinced of the necessity to promote cooperation
between the two countries in tourism;
Determined to develop a fruitful cooperation with
the spirit of equality of mutual interest and
reciprocal benefits;

have agreed as follows:

Article 1

The Contracting Parties shall take necessary meas-
ures to encourage and estimate the tourist movements
between the two countries.

Article 2

The Contracting Parties shall promote, within their
possibility and based on reciprocal benefit, the cooper-
ation between their official tourist organisations, as well
as between the respective enterprises and institutions in
the field of tourism.

Article 3

The Contracting Parties shall cooperate in carrying
out and developing joint projects and investments in
tourism.

Article 4

The Contracting Parties shall establish an effective
exchange of knowledge and experience concerning var-

ious sectors of tourist activity, namely relating to legislation, statistical information, equipment, professional training and tourist planning.

Article 5

In accordance with the national legislation, the printed material, including the tourism promotion material, advertising material will enjoy the treatment of goods exempt from customs and other import duties. The Contracting Parties will also organise tourist weeks, films, TV programmes, etc., with a view to better mutual information on tourist values of the two countries.

Article 6

The Contracting Parties shall strive to facilitate and expedite the issue of necessary tourist visas to the citizens of the Party having effective and valid travel documents.

Article 7

The Contracting Parties shall establish a joint commission on tourism cooperation to monitor and suggest measures for the implementation of this Agreement.

The joint commission shall meet alternately in India and Portugal on mutually agreeable dates.

Article 8

The present Agreement shall be effective for a period of five years and shall enter into force on the date of exchange of notes by which the Contracting Parties inform each other that relevant legal procedures have been accomplished and will be automatically renewed for successive periods of five years at a time unless either Contracting Party notifies the other Contracting Party in writing of its intention to terminate the Agreement at least six months before the expiry of the Agreement.

In witness whereof, the undersigned, being duly authorized thereto by their respective Governments, have signed this Agreement.

Done at Lisbon on the 29th July 1991 into two originals each in Portuguese, Hindi and English languages all texts being equally authentic. In case of doubt, the English text shall prevail.

For The Government of the Republic of Portugal:
José Manuel Durão Barroso.

For the Government of the Republic of India:
Eduardo Faleiro.

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos

Aviso n.º 60/92

Por ordem superior se torna público que os Países Baixos depositaram junto da Secretária-Geral do Conselho da Europa, em 12 de Março de 1992, o instrumento de ratificação do Acordo Europeu sobre os Pedidos de Assistência Judiciária, aberto à assinatura em Estrasburgo em 27 de Janeiro de 1977.

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos, 8 de Abril de 1992. — O Director de Serviços de Assuntos Multilaterais, *António Nunes de Carvalho Santana Carlos.*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Decreto-Lei n.º 73/92

de 29 de Abril

A criação de ovinos e caprinos tem um papel importante na agricultura mas a obtenção de resultados satisfatórios neste domínio depende, em grande medida, da utilização de animais de raça pura.

O presente diploma fixa, com este objectivo, critérios de inscrição nos livros genealógicos dos ovinos e caprinos reprodutores de raça pura e as regras de aprovação das organizações e associações de criadores.

Por outro lado, é necessário também proceder à harmonização das regras de admissão à reprodução destes sinais, seus sémen, óvulos e embriões com as dos outros Estados membros da Comunidade.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º O presente diploma transpõe para o direito interno a Directiva do Conselho n.º 89/361/CEE, de 30 de Maio, relativa a:

- a) Trocas intracomunitárias de ovinos e caprinos reprodutores de raça pura;
- b) Critérios de aprovação das organizações e associações de criadores que mantêm ou estabelecem os livros genealógicos;
- c) Critérios de inscrição e registo nos livros genealógicos;
- d) Métodos de controlo de capacidades e de apreciação do valor genético dos reprodutores de raça pura;
- e) Critérios de admissão à reprodução dos ovinos e caprinos de raça pura e respectivos sémen, óvulos e embriões;
- f) Certificados zootécnicos.

Art. 2.º As normas técnicas de execução do presente diploma são aprovadas por portaria conjunta dos Ministros da Agricultura e do Comércio e Turismo.

Art. 3.º O reconhecimento oficial das organizações ou associações de criadores responsáveis pelos livros genealógicos compete à Direcção-Geral da Pecuária.

Art. 4.º Para efeitos do presente diploma, a autoridade sanitária competente é, no continente, a Direcção-Geral da Pecuária e, nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os serviços de administrações regionais com idênticas atribuições e competências.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Março de 1992. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Mário Fernando de Campos Pinto* — *Artur Aurélio Teixeira Rodrigues Consolado* — *Arlindo Marques da Cunha* — *Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira.*

Promulgado em 9 de Abril de 1992.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 11 de Abril de 1992.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva.*